



**INEXIGIBILIDADE Nº 45/2023 – SELIC**

**PROCESSO Nº 00600-00008841/2023-91**

**ASSUNTO: Contratação de instrutoria para ministrar o curso *in company* “Como entender e se proteger aplicando a Lei Maria da Penha”.**

Senhor Secretário de Licitação, Material e Patrimônio,

Tratam os autos da solicitação da Supervisão de Ações Educacionais (SAED), da Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas (COOSEP), visando a contratação de profissional para promover o curso *in company* “Como entender e se proteger aplicando a Lei Maria da Penha”, para 1 (uma) turma com até 40 (quarenta) participantes, com carga horária de 12 (doze) horas, a ser realizado na Escola de Contas do TCDF, nos dias 14, 16 e 18 de agosto de 2023, conforme consta na Informação nº 058/2023 - SAED (Peça nº 10).

2. De acordo com aquela Informação, o curso deverá ser realizado mediante instrutoria interna pela servidora Tarsila Firmino Ely de Souza, Auditora de Controle Externo do TCDF, que receberá Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - (GECC), e por meio de contratação externa do instrutor José Elias Gabriel Neto.

3. A contratação externa poderá ser efetivada com base no art. 74, inciso III, alínea ‘f’, da Lei nº 14.133/2021, que trata da contratação de serviços técnicos e de natureza singular para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, a qual demanda a comprovação da singularidade do objeto e a notória especialização do contratado na execução do serviço específico, nos termos transcritos abaixo:

Art. 74 – É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...).

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...)

4. Quanto à notoriedade do instrutor externo, José Elias, a ESCON aponta em sua Informação que o instrutor é advogado com atuação no Direito Penal (comum e militar) e na Execução Penal, doutorando em Direito Constitucional, mestre e



especialista em Direito Público, professor de graduação e pós-graduação na matéria de Execução Penal, autor do livro “Medidas de Segurança: Aspectos jurídicos, médicos e psicológicos” e articulista em periódicos nacionais e internacionais na matéria de Execução Penal.

5. No que tange à singularidade dos serviços, remetemos ao conteúdo programático exigido para o curso nos “objetivos da ação educacional” referenciados no Projeto Básico (Peça nº 2).

6. Conforme descrito na obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, de Marçal Justen Filho, 16. ed., rev. atual. e ampl., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, págs. 498/499, o autor destaca que a singularidade não reside na pluralidade de sujeitos aptos a executarem o objeto, mas na natureza do serviço técnico a ser desempenhado. Segundo o Professor, “A natureza singular caracteriza-se como uma situação anômala, incomum, impossível de ser enfrentada satisfatoriamente por qualquer profissional ‘especializado’”. Há necessidade de se verificar a possibilidade de um profissional especializado padrão atender o objeto satisfatoriamente.

7. Na obra citada, às fls. 502, o autor defende que: “A contratação far-se-á sem licitação pela impossibilidade de critérios objetivos de julgamento e pela ausência de disponibilidade dos profissionais capacitados em participar de certames seletivos”. *In casu*, vislumbramos insuperáveis dificuldades para estabelecer critérios de julgamento objetivos, que sejam capazes de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração via licitação, uma vez que o trabalho a ser desenvolvido exige do contratado um grande conhecimento prático e, conseqüentemente, gabarito e bagagem para enfrentamento do tema com a menor margem de erro possível.

8. Nesse sentido é esclarecedor o seguinte excerto da obra do Professor Joel de Menezes Niebuhr, em livro “Licitação Pública e Contrato Administrativo”, 1ª ed., Curitiba: Zênite, 2008, pp.55/56, *verbis*:

Repita-se que a inexigibilidade encontra amparo no traço singular com que qualquer um dos potenciais contratados imprimiria à sua execução. Várias pessoas poderiam executar o contrato, todas de modo especial e peculiar, incomparável objetivamente em licitação pública. Daí a inexigibilidade, que depende da subjetividade dos critérios para a aferição do **contratado**, isto é, no final das contas, da discricionariedade dos agentes administrativos. (grifo nosso)



9. Da leitura do § 3º do caput do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, depreende-se a existência de dois pressupostos para a inexigibilidade de licitação relativa aos serviços técnicos profissionais especializados, cuja concorrência revela a singularidade, que inviabiliza a competição.

(...)

O pressuposto **objetivo** demanda que o serviço a ser contratado por meio da inexigibilidade requeira os préstimos de especialista, a ponto de recusar critérios objetivos de julgamento. A existência de critérios objetivos para comparar os especialistas requisitados impõe a obrigatoriedade de licitação pública. O ponto nodal encontra-se na objetividade ou subjetividade dos critérios de julgamento. A inexigibilidade ocorre somente nas hipóteses em que o serviço pretendido pela Administração Pública é apreciado por critério subjetivo, isto é, em que a comparação entre os profissionais habilitados a prestá-lo é condicionada à apreciação subjetiva. (grifo nosso)

10. Quanto à existência de outros profissionais, registro o entendimento da Professora Vera Lúcia Machado D'Avila, citado na obra Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos, 5ª Edição, pág. 137, obra de Sylvia Maria Zanella Di Pietro e outros:

Portanto, decorre claramente da doutrina predominante que a existência de mais de um profissional notoriamente especializado em determinado ramo do conhecimento não impede que se realize a contratação por notória especialização. Sem embargo, não se deve confundir notória especialização com exclusividade na prestação dos serviços. A exclusividade autoriza a inexigibilidade de procedimento licitatório com base no art. 25, I da Lei de Licitações. A notória especialização parte de outros pressupostos, inconfundíveis com a denominada exclusividade.

11. Ressalta-se que a contratação em tela encontra-se de acordo com a alínea “a” do item II da Decisão TCDF nº 3437/06, *verbis*:

O Tribunal, por maioria, acolhendo voto da Conselheira MARLI VINHADELI, que tem por fundamento o parecer do Ministério Público, decidiu: (...) II) **informar aos órgãos e entidades jurisdicionados que nas contratações de cursos e/ou de instrutores visando à capacitação de seus servidores: a) a inexigibilidade de licitação é possível sempre que estiver comprovada a inviabilidade de competição, configurando-se simultaneamente a singularidade do objeto (ante as características peculiares das necessidades da Administração) e a notoriedade da contratada na execução do serviço específico desejado, máxime em face da escassa disponibilidade de mestres e instrutores qualificados, experientes, e com boa didática para transmitir conhecimentos aos treinandos, o que deve ser averiguado caso a caso pelo administrado.** (grifo nosso).

12. Com relação ao valor a ser pago nesta contratação, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme proposta presente na Peça nº 18, remetemos à Informação nº 058/2023 - ESCON (Peça nº 12), que esclarece que o valor está compatível com a



tabela de pagamento de Gratificação por Encargos de Curso e Concurso (GECC) utilizada pelo TCDF para pagamento de servidores deste Tribunal.

13. Por se tratar de contratação de pessoa física, além da despesa prevista no parágrafo anterior, deve-se considerar, ainda, o valor de 20% referente ao INSS patronal a ser recolhido pelo Tribunal, no valor de **R\$ 1.000,00 (mil reais)**.

14. No tocante à documentação normalmente exigida para contratação com o Poder Público quais sejam: Certidão Negativa de Débitos da Secretaria de Fazenda – DF, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT e Certidão Negativa de Débitos Relativos à Receita Federal e INSS, essas encontram-se regulares, conforme documentos cadastrados na Peça nº 18.

15. Assim, sugerimos a adjudicação do objeto em questão ao instrutor JOSÉ ELIAS GABRIEL NETO – CPF: 351.901.578-14, no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

16. Por fim, caso aprovada a contratação pela Autoridade Competente, a referida despesa deverá ser publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas, já estando acessível no sítio eletrônico do TCDF (Peça nº 19), de acordo com o que estabelece o Parágrafo único do art. 72, da Lei nº 14.133/2021.

Item	Qtd	Und	Sugestão de Especificação para Empenho Adjudicatário: JOSÉ ELIAS GABRIEL NETO (CPF 351.901.578-14)	Valor Total (R\$)
1	1	turma	Contratação do instrutor José Elias Gabriel Neto para ministrar o curso <i>in company</i> “Como entender e se proteger aplicando a Lei Maria da Penha”, a se realizar nos dias 14, 16 e 18 e agosto de 2023, carga horária de 12 (doze) horas, para até 40 (quarenta) participantes.	5.000,00

À consideração superior.

Brasília/DF, 02 de agosto de 2023.

**ASSINADO DIGITALMENTE**

**Wildson Prado Oliveira**

Chefe do Serviço de Licitação



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP**  
**SERVIÇO DE LICITAÇÃO – SELIC**

TCDF - SELIP/SELIC

Processo: 8841/2023

Anneska

De acordo.

Preliminarmente, à SECOF para reserva e classificação. Posteriormente, à SEGEDAM com vistas às demais providências pertinentes.

Brasília/DF, em 02 de agosto de 2023.

***ASSINADO DIGITALMENTE***  
**Leonardo José Alves Leal Neri**  
Secretário da SELIP